

Vice renuncia acusando Covas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO



aug p. 4

O deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) renunciou ontem à função de vice-líder, para a qual tinha sido indicado pela bancada paulista, alegando não querer se tornar num "auxiliar de segunda classe" do líder do partido na Constituinte, senador Mário Covas. Del Bosco comunicou a decisão em plenário, dizendo sentir que a Constituinte poderá se transformar num "mero instrumento político" de pessoas e grupos. E enfiati-

zou que deseja total liberdade de ação em seu trabalho.

Depois, em conversa com jornalistas, declarou que Mário Covas está cercado por um "pequeno grupo de esquerdistas" e prestígia apenas os vice-líderes, que fazem o que ele quer — são os de "primeira classe". Os demais, acrescentou, "ficam como bobos", sem atribuições. Depois observou que a Constituinte não pode ser um "cabide eleitoral" usado por Ulysses Guimarães e Mário Covas para suas campanhas à Presidência da República.

Quanto a Mário Covas, não demonstrou preocupação quando os jornalistas lhe falaram do comunicado de Del Bosco Amaral. "Acabei de

saber. Tudo bem" — foi seu único comentário. Antes de renunciar, o deputado, que sempre foi afinado com os moderados do PMDB, embora não faça parte do "centro democrático", consultou seu amigo Roberto Cardoso Alves, que o aconselhou a ir em frente, diante das notórias divergências ideológicas com Covas. Na verdade, as diferenças entre Del Bosco e Covas são antigas, nascidas na política santista, onde os dois são votados.

Na campanha eleitoral do ano passado, o deputado fez duras críticas ao governo Montoro e ao então secretário da Fazenda, José Serra, a quem acusou de chefiar um "balcão de negócios" destinado a comprometer os votos de prefeitos do Interior.

"Quem redige a Carta sou eu", adverte Cabral

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pôs fim, ontem à tarde, com seu retorno a Brasília, à briga entre os quatro relatores-adjuntos, todos do PMDB, e os oito relatores-auxiliares, de vários partidos, que disputavam o direito de elaborar o esboço da futura Constituição por meio da compatibilização dos pareceres aprovados pelas comissões temáticas. "Quem vai redigir a Constituição sou eu. Os outros vão fazer pesquisas, mas a decisão final é minha" — Assegurou Cabral.

Ele informou que terão acesso aos dados dos sete pareceres programados pelo Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado) apenas os quatro relatores-adjuntos (senadores Fernando Henrique Cardoso, José Inácio Ferreira e Wilson Martins e o depu-

tado Nelson Jobim) e um representante dos relatores-auxiliares, o deputado Adolfo de Oliveira (PFL-RJ), "para evitar problemas".

Bernardo Cabral ficou irritado ao saber que o PMDB pretende preparar um relatório paralelo para apresentar ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmando ter dito a ele, em reunião no final da tarde: "Ninguém vai me limpar nada".

Cabral disse ainda que em todas as fases de seu trabalho, até a promulgação da nova Constituição, terá sempre em mente que a ele caberá fazer com que ela seja a síntese jurídica do pensamento da maioria, e que a decisão política será dele próprio, de Ulysses Guimarães e Mário Covas, acrescentando em seguida os nomes dos outros líderes do PMDB: Fernando Henrique Cardoso, no Senado; Luiz Henrique, na Câmara; e Carlos Sant'Anna, líder do governo na Constituinte.

Sandra deixa parecer para relator-geral

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que não chegou a preparar o anteprojeto (relatório) de sua comissão na Constituinte (Educação, Ciência e Tecnologia e Comunicação), agora afirma que ninguém a não ser o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, está investido de poderes regimentais para fazê-lo. Ela citou o Regulamento Interno observando que o artigo 14, parágrafo 4º prevê a situação. Segundo a deputada foi por esse motivo que ela não apresentou nenhum relatório sobre o assunto de sua responsabilidade, apesar de ter sido designada relatora pelo próprio Bernardo Cabral.

Sandra Cavalcanti alegou que pretende apresentar emendas ao capítulo referente à Educação. Uma delas será para exigir que as escolas públicas ou particulares que recebem verbas oficiais prestem contas aos tribunais estaduais.